



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008763-65.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**
 Embargante: **Eder Antonio Costa**
 Embargado: **Érico Ronei Garbuio e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O embargante Espólio de Nelly da Silva Costa, por seu inventariante Eder Antonio Costa opôs os presentes embargos de terceiro em face do embargado Érico Ronei Garbuio, requerendo o levantamento do bloqueio judicial da quantia de R\$ 4.796,95, levado a efeito nos autos do cumprimento de sentença – processo 1002642-21.2016.8.26.0566, nas seguintes proporções: (i) R\$ 1.291,98 da conta poupança n.º 1.005.356-0, Banco Bradesco S/A, agência 2566; (ii) R\$ 1.932,47 da n.º 10710, Banco do Brasil S/A, agência 6509-9; (iii) R\$ 197,89 da conta de poupança n.º 12.669-1 da agência 6509-9 do Banco do Brasil S/A; (iv) R\$ 1.474,61 da conta de poupança n.º 12.669-1 da agência 6509-9 do Banco do Brasil S/A, retornando os valores acima referidos às suas respectivas contas em nome de sua titular Nelly da Silva Costa.

O embargado, em impugnação de folhas 92/93, concordou com o levantamento de metade da importância bloqueada, já que a falecida cotitular das contas bloqueadas, Nelly da Silva Costa, deixou somente dois herdeiros, a saber, Eder Antonio Costa e Marly de Cássia Nicola, executada no processo principal.

Réplica de folhas 98/100.

Relatei. Decido.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Passo ao julgamento antecipado da lide nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, porque impertinente a prova oral ou pericial

Pretende o espólio de Nelly da Silva Costa, o levantamento da quantia de R\$ 4.796,95, bloqueada judicialmente nos autos do processo 1002642-21.2016.8.26.0566.

Pela certidão de óbito da *de cujus* cotitular das contas bloqueadas, Nelly da Silva Costa, verifica-se que ela deixou somente dois herdeiros, quais sejam: Eder Antonio Costa e Marly de Cássia Nicola (**confira folhas 60**).

Eder Antonio Costa é pessoa estranha aos autos do processo 1002642-21.2016.8.26.0566.

Assim sendo, de rigor o desbloqueio de metade dos valores bloqueados em favor de Eder Antonio Costa.

Todavia, como a co-herdeira Marly de Cássia Nicola é a própria executada nos autos do processo 1002642-21.2016.8.26.0566, de rigor a manutenção do bloqueio da outra metade, cabente à executada daqueles autos.

Diante do exposto, acolho, em parte, o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de determinar o desbloqueio de metade da quantia bloqueada de R\$ 4.796,95, nos autos do processo 1002642-21.2016.8.26.0566, mantendo-se o bloqueio da outra metade pertencente à executada daqueles autos, Marly de Cássia Nicola, por força do falecimento de sua genitora Nelly da Silva Costa.

Tendo em vista a sucumbência recíproca, cada parte arcará com o pagamento das custas processuais desembolsadas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nos termos do artigo 85, § 14, do Código de Processo Civil, condeno o embargante no pagamento dos honorários advocatícios em favor do patrono do embargado, bem como embargado no pagamento dos honorários advocatícios em favor do patrono do embargante, ambos fixados em R\$ 1.000,00, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do ex-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”.

Prossiga-se nos autos do cumprimento de sentença.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 02 de outubro de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**